

REQUERIMENTO Nº DE 2019.

(Dos Srs. Orlando Silva, André Figueiredo, Tadeu Alencar,
Pedro Lucas Fernandes e outros)

Requer a realização de Sessão Solene em comemoração aos 100 anos de nascimento do Ex-Presidente do Brasil João Belchior Marques Goulart - JANGO.

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos Art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de Sessão Solene no mês de março de 2019, em comemoração aos 100 anos de nascimento do Ex-Presidente do Brasil João Belchior Marques Goulart - JANGO.

JUSTIFICAÇÃO

João Goulart nasceu na Estância de Iguariaçá, no distrito de Itacurubi, em São Borja, Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1919. Seus pais eram Vicente Rodrigues Goulart, um estancieiro e coronel da Guarda Nacional, e Vicentina Marques Goulart, uma dona de casa.

Por influência de Getúlio Vargas, amigo íntimo de seu pai, Jango escolheu a carreira política, e em outubro de 1945 aceitou o convite para entrar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele foi o primeiro presidente do PTB local e, mais tarde, tornaria presidente do PTB estadual e nacional.

Já em 1947 concorreu a um assento na Assembleia Legislativa e foi eleito com 4.150 votos, tornando-se o quinto candidato mais votado, a frente de seu cunhado Leonel Brizola, outra estrela em ascensão do PTB. Nas eleições de 1950, Jango foi eleito para a Câmara dos Deputados, com 39.832 votos, tornando-se o segundo candidato mais votado do PTB no Rio Grande do Sul. Ele assumiu o cargo de deputado federal em fevereiro de 1951, mas licenciou-se do mandato para exercer o cargo de Secretário de Estado de Interior e Justiça. Durante o período em que foi secretário ele se comprometeu com a reestruturação do sistema carcerário e possível melhoria das condições de vida dos presos. Mais tarde, ele renunciou a esse cargo a

pedido de Vargas, que precisava de ajuda para resolver um impasse político no Ministério do Trabalho.

Como Ministro do Trabalho, Jango convocou o 1º Congresso Brasileiro de Previdência Social e assinou uma série de decretos em favor da previdência, tais como o financiamento de casas, a regulação de empréstimos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e o reconhecimento dos funcionários do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Em janeiro de 1954, Jango começou a estudar um aumento no salário mínimo, enfrentando dois tipos de pressão: a mobilização dos trabalhadores nas grandes cidades a favor de um reajuste de 100% e a rejeição dos empresários desde o governo de Eurico Gaspar Dutra, que contribuiria para o empobrecimento de vários segmentos da sociedade brasileira. No Dia do Trabalhador, Vargas assinou o decreto do novo salário mínimo, aumentado em 100%, como exigia a classe trabalhadora.

Em 1955, foi eleito vice-presidente do Brasil, na chapa PTB/PSD. Na ocasião, obteve mais votos que o presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Naquela época, as votações para presidente e vice eram separadas. Na eleição de 1960, foi novamente eleito vice-presidente, concorrendo pela chapa de oposição ao candidato Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), que venceu o pleito.

Em 25 de agosto de 1961, enquanto João Goulart realizava uma visita diplomática à República Popular da China, Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente. Os ministros militares tentaram impedir a posse de Jango. Liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, a campanha da legalidade exigia a posse de Goulart. Como saída para a crise foi proposto e aprovado, no dia 2 de setembro de 1961, o sistema parlamentarista e Jango assumiu a presidência.

Como a economia continuava com uma taxa inflacionária elevada, o governo lançou o Plano Trienal. Um programa que incluía uma série de reformas institucionais para a realização das chamadas reformas de base - medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista. As reformas propunham mudanças no sistema bancário, fiscal, urbano, eleitoral, agrário e educacional. Defendia-se também o direito de voto para os analfabetos e para os militares de patentes subalternas. Além disso, eram propostas medidas de corte nacionalista, com maior intervenção do Estado na vida econômica e maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. As reformas também incluíam a nacionalização de vários setores industriais - energia elétrica, refino de petróleo,

químico-farmacêutico. Os congressistas não aprovaram a proposta, o que impediu que o Plano Trienal tivesse sucesso.

Em meio ao um governo turbulento, por força de uma oposição conservadora, e com apoio dos militares, no dia 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional declarou a vacância da Presidência da República. No dia 10 de abril, João Goulart teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, após a publicação do Ato Institucional Número Um (AI-1).

Exilado no Uruguai, João Goulart morreu, oficialmente, vítima de um ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes, Corrientes, em 6 de dezembro de 1976.

Senhoras e Senhores parlamentares este resumo biográfico serve para demonstrar o papel do presidente Jango na história da política nacional e comprovar o seu caráter, patriotismo e compromisso com os interesses do povo brasileiro. E neste ano que se comemora o centenário de nascimento do Ex-Presidente João Goulart, a realização de uma sessão solene é capital que o parlamento brasileiro realize esta homenagem a este grande brasileiro.

Diante disso solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste requerimento para a realização desta Sessão Solene.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2019.

Deputado **ORLANDO SILVA**
Líder do PCdoB

Deputado **ANDRÉ FIGUEIREDO**
Líder do PDT

Deputado **TADEU ALENCAR**
Líder do PSB

Deputado **PEDRO LUCAS FERNANDES**
Líder do PTB